

**O ECO DAS IDENTIDADES:
UM OLHAR SOBRE “NÓS” E OS “OUTROS”**

Andrêssa Barbosa da Silva Martins – UEG
Higor Lucas da Rocha Alencar - UEG
Natan Manoel Barbosa e Silva das Chagas - UEG

Resumo: O uso do conceito de identidade como representação social, na medida em que formula uma maneira de ser, que pode ser inventada ou internalizada, mas que é consentida e assumida, o que significa sempre uma sedução ou convencimento de si próprio. É preciso entender o jogo de representações que circula no imaginário contemporâneo para perceber a realidade e pautar a existência de tal capacidade de produzir reconhecimento e legitimidade social. A partir de tais considerações busca-se refletir sobre a formação da identidade e a tensão entre as representações, assim como seus efeitos na vida prática, a leitura de mundo que os alunos do Colégio Estadual Hugo Lôbo possuem e nos permite pensar em temáticas como gênero e racismo.

Palavras-chave: Identidade. Raça. Representação.

Em uma primeira aproximação com a diversidade para proclamar a sua existência é necessário pontuar as noções sobre identidade e diferença. Ambas tendem a ser cristalizadas, naturalizadas e homogeneizadas, na medida em que são tomadas como dados ou fatos decorrentes da vida social, deste modo se deve tomar posição frente a eles. O que na verdade acontece é que quando lidamos com esses fatos ou dados devemos tomar uma posição “socialmente aceita” e a mais recomendada é de respeito e tolerância com o que se considera ser “diferente”, ou melhor, com o “outro”.

A partir da perspectiva de que a identidade só tem como referência a si própria, ou seja, ela é auto-suficiente e contida em si mesmo, admite-se que a cada afirmação tem-se uma extensa cadeia de “negações”. Um exemplo claro é quando se diz “sou mulher”, “sou negra”, “sou homossexual”, a identidade assim concebida está relacionada a algo positivo, a uma característica autônoma, um fato ou dado independente. Na mesma linha de raciocínio a diferença é concebida como independente, ela se remete a alteridade, sempre se referindo ao “outro”. Como exemplo: “ela é branca”, “ele é heterossexual”, “eles são brasileiros”. Vejamos a seguir no fragmento abaixo extraído da obra *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais de Tomaz Tadeu da Silva como funciona a produção da identidade e da diferença

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação lingüística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.¹⁴

Sendo assim é perceptível que o processo de produção simbólica e discursiva resulta na construção da identidade e da diferença. Porém tanto a identidade quanto a diferença são relações sociais, o que implica que estão sujeitas a vetores de força, aos jogos de poder. De maneira nenhuma convivem harmoniosamente, são arremessadas a um campo de hierarquias, são disputadas, marcadas pela indeterminação, pela instabilidade, na realidade não são fixas, naturais ou predeterminadas.

Dotadas de força integradora e coesiva essas representações constroem a realidade a partir de uma relação ambígua que se estabelece entre ausência e presença, envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento e exclusão. A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilizar e produzir legitimação e rejeição. Paradoxalmente numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não esta diretamente ligada a uma identidade étnica ou racial, mas sim a força homogeneizadora da representação dita como “normal”, naturalizada, portanto proporcionalmente invisível.

É bastante interessante refletir sobre o movimento entre fronteiras, aqui mais do que a partida ou a chegada é relevante colocar em evidência a instabilidade e a fixação da identidade. Ao chamar a atenção para o caráter cultural e construído do gênero e do racismo é impossível não questionar as oposições binárias – masculino/feminino, branco/negro – nas quais se baseia o processo de fixação das identidades étnicas e das identidades sexuais. A possibilidade de “cruzar essas fronteiras” ou de “está na fronteira” é visto como a construção de uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração de caráter “artificial” imposto pelas identidades fixas.

A ideia de pertencimento da identidade é uma construção imaginária que produz uma coesão e “coerência” social, deste modo é permitida a ligação da parte com o todo. A inserção do indivíduo frente a uma coletividade, com isso é estabelecido a diferença. Frente ao “eu” ou a “nós” se coloca o estrangeirismo do “outro”, o que é importante considerar não é a constatação da diferença como

14 SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. p. 76.

um fenômeno posto pela diversidade, mas sim pela maneira como se constrói pelo imaginário essa diferença. É justamente conceber-se a si próprio que dá segurança, que conforta e que marca uma determinada presença no espaço e no tempo, esta ambivalência entre o específico e o universal convida a “nós” identitário a ter uma comunhão com a alteridade, neste sentido haverá sempre uma distância que se renova entre o pensar e o redescobrir.

De fato existem um jogo de poder entre as representações e são tensões dotadas de conflitos, portanto se impõe uma ordem de consideração dimensional estereotipada ou simbólica que metaforicamente expressa no jogo de identidade/alteridade não mede critérios de veracidade, mas sim de plausibilidade, um padrão avaliativo de identidade imposto que encontra eco de alguma forma no olhar dos “outros” sobre “nós”. A tarefa de produção da montagem de um marco identitário é resultado de uma combinação da cultura exposta como mosaico estético que oscila entre o autêntico e o exótico.

É importante entender que o passado criado e restabelecido pela memória e pela história é que fixa os indicadores do reconhecimento, assim como o presente estabelece um padrão identitário que serve de elemento de coesão social e legitimação de uma ordem que induz ações e pauta comportamentos. Já o futuro se expressa pelo projeto político incluso no *horizonte de expectativas*¹⁵ que aponta para certa finalidade no qual devem ser ancorados ideais, que partem rumo a um engajamento.

Ao longo do tempo os grupos sociais excluídos respondem com apelos e planos de ordem, demonstrando o poder do imaginário de representar o mundo e dar-lhe sentido. Radicalizando esse potencial podemos pensar no público consumidor das representações dominantes, lembrando que aquilo que é deixado de fora é sempre parte da constituição do “dentro”, essas representações é permanentemente assombrada pelo outro. E o problema é que esse “outro” atua numa sociedade em que a identidade torna-se cada vez mais difusa e descentrada, expressada por muitas dimensões. O “outro” é o corpo diferente, é a cor diferente, é a outra nacionalidade. O outro é o “outro” gênero, “outra” sexualidade, “outra” raça, é explicitamente ignorado e reprimido, mas a volta do outro é inevitável, é com essa experiência de conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência que se preenche o problema social do mundo heterogêneo.

Baseando-se nestes pressupostos teóricos, o projeto investigou a implantação de uma abordagem própria do curso de licenciatura em História no cotidiano dos alunos das turmas matutinas de 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Hugo Lôbo em Formosa-GO.

15 Cf. KOSELLECK, Reinhardt. Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos.

Objetivando a integração da pesquisa Histórica ao ensino prático como uma forma de diminuir o distanciamento entre o conteúdo apreendido na Universidade e o conteúdo trabalhado junto aos alunos da educação básica. Antecipou-se um preceito. O ensino de qualquer disciplina só faz sentido quando este é realizado de modo a ser utilizado de modo significativo na prática. Com base neste pressuposto, procurou-se colocar o preconceito contra o povo e continente africano em perspectiva histórica dentro da sala de aula. Uma vez que tal abordagem pode proporcionar aos estudantes, questionamentos a respeito de suas próprias condutas em sociedade.

O subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido pelo departamento de História da UEG/Formosa, no Colégio Estadual Hugo Lôbo tem como objetivo principal valorizar o papel da cultura africana e ameríndia na formação da sociedade brasileira.

Desta forma, buscou-se elaborar um espaço mais propício para desconstruir os princípios que fundamentam a discriminação racial e outras formas de discriminação e auxiliar na reflexão da necessidade de uma abordagem adequada deste tema nas séries da educação básica..

Para melhor esclarecer tal esforço intelectual, é necessário salientar que os objetivos com o projeto desenvolvido junto aos alunos foram os seguintes: realizar uma leitura reflexiva de alguns dos principais discursos construídos ao longo do tempo; elaborar uma problematização acerca do imaginário ocidental; apontar para a necessidade da inserção de novas temáticas nos processos educativos destacando sua dinâmica específica; propondo, desta forma, uma nova forma de trabalhar a África e o racismo, dentro da sala de aula. Sendo assim, intentou-se a contribuir para a erradicação de preconceitos. Procurou-se, pois, demonstrar o quanto o imaginário ocidental ainda permanece repleto de representações preconceituosas, quando o assunto é África. Inicialmente o primeiro passo foi o de abordar as declarações até então, recentes do deputado federal Marco Feliciano sobre os africanos em sala de aula. Sendo apresentadas algumas de suas declarações na íntegra. Foram usados trechos de uma entrevista cedida pelo deputado à revista *Veja*, o primeiro dizia o seguinte:

No Gênesis, a Bíblia conta que Noé, quando saiu da Arca, embebedou-se e ficou nu. O filho mais novo dele, Cam, riu do pai e contou o que havia visto aos dois irmãos. Quando Noé soube da história, em vez de puxar a orelha dele, lançou uma maldição sobre o filho de Cam, Canaã. Disse que Canaã seria escravo. Naquela época, eu tinha feito um estudo de geografia e vi que os três filhos de Noé é que haviam povoado os continentes da Terra. E de Canaã vieram aqueles que povoaram parte da Etiópia.¹⁶

16 LINHARES, Juliana. “Eu acredito no diálogo”. *Veja*. nº 12(20 de março de 2013) p. 17

Foi apresentada, também, outra parte da mesma entrevista em que o deputado se mostrava convencido de que suas declarações não foram de cunho racista, pois segundo ele a maldição a que se referiu não dizia respeito à cor dos negros, mas a sua religião.

Mas eu acredito [...] que toda maldição é quebrada em Cristo, pelo derramamento de seu sangue na cruz. Eu não disse que os africanos são todos amaldiçoados. Até porque o continente é grande demais. Minha mãe é negra. Olha o meu cabelo como é. E olha que eu dei uma esticadinha. Faço escova progressiva todo mês.¹⁷

O segundo passo do projeto visou demonstrar que o fato de o próprio autor das declarações possuir traços e descendência africana, não necessariamente impede suas declarações de serem entendidas como ofensa de cunho preconceituoso ou racista, e muito menos impede que a população brasileira se sinta ferida com tais palavras. Buscou se ainda, demonstrar o quanto é comum encontrar no cotidiano da sociedade brasileira, comentários negativos sobre africanos e afrodescendentes, assim como, também, da própria África. Desta forma coube trabalhar o pensamento do deputado por duas perspectivas. A primeira procurou entender sua mentalidade por meio da análise do contexto religioso. A segunda identificou seu pensamento como reverberação de visões negativas, por meio das quais os negros foram enxergados no passado, e que ainda se fazem presente na atualidade.

Na perspectiva religiosa foram lançadas as seguintes perguntas aos alunos: Até que ponto o discurso do deputado Feliciano, fundamentava-se em princípios religiosos? Como entender seu pensamento dentro deste contexto? O propósito com este questionário não foi tirar rápidas conclusões de perguntas tão capitais. Pelo contrario, o foco foi tornar essas perguntas uma provocação, fazer com que elas estimulassem uma reflexão mais aprofundada na complicada ligação que cada tipo de construção mental estabelece dentro da conjuntura social à qual está vinculada. Nesse sentido, as leituras realizadas nos encontros teóricos, relacionadas às explanações do subcoordenador do projeto, auxiliaram consideravelmente na abordagem junto aos alunos.

A análise que o antropólogo John Burdick (2001) construiu em torno da relação do movimento pentecostal com as tradições e religiões de origem africana, foi de fundamental importância para demonstrar que o pensamento do deputado está longe de ser homogeneidade na comunidade evangélica.¹⁸

¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 17-18

¹⁸ BURDICK, John. Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura impossível?. In: REZENDE, Cláudia Barcellos e MAGGIE, Yvonne. (org.) *Raça como retórica: A construção d diferença*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p. 193.

Da mesma maneira, se lançou mão de uma perspectiva histórica para demonstrar que as palavras do deputado não são elaborações próprias, que na verdade elas reproduzem e refletem representações do imaginário ocidental. A análise deste processo foi apresentada de acordo com o caminho que o historiador Anderson Oliva (2005) adota em seu estudo sobre a trajetória das representações construídas pelo Ocidente sobre os africanos ao longo dos séculos.¹⁹

Baseando-se nesta obra, foi possível identificar que como a África desde a Antiguidade até os dias atuais, sempre foi enxergada, no Ocidente, sob uma ótica desprivilegiada. Ao longo do tempo vem sendo percebida fundamentalmente sob uma lente completamente embaçada por representações e concepções preconceituosas.

Todos os esforços empreendidos nos encontros semanais visaram realizar abordagens teóricas que, de alguma maneira contribuíssem significativamente na vida prática dos estudantes.

Escolher um assunto tão polêmico para tratar em sala de aula foi extremamente interessante, pois, de um lado despertou a atenção de toda a turma de outro produziu resultados objetivos, identificados nas mudanças perceptíveis no modo como os estudantes passaram a enxergar esta complexa questão. Pode-se concluir que quando o ensino é empreendido de uma maneira interessante, dialogada e teoricamente embasada, pode produzir resultados surpreendentes.

¹⁹ OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no Imaginário Ocidental. In. Em Tempo de Histórias, v. 9, 2005.

REFERÊNCIA:

- BURDICK, John. Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura impossível?. In. REZENDE, Cláudia Barcellos e MAGGIE, Yvonne. (org.) Raça como retórica: A construção d diferença. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.
- KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5º ed., 2º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LINHARES, Juliana. “Eu acredito no diálogo”. Veja. nº 12(20 de março de 2013
- OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no Imaginário Ocidental. In. Em Tempo de Histórias, v. 9, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo horizonte: Autêntica, 2003.
- PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. Revista Húmus - ISSN: 2236-4358 Jan/Fev/Mar/Abr. 2011. Nº 1.
- REZENDE, Cláudia Barcellos & MAGGIE, Yvonne. Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RÜSEN, Jörn. História viva: Teoria da História III – Formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.